FELJÓ E A ANTECIPAÇÃO PRESIDENCIALISTA

FERNANDO WHITAKER DA CUNHA

Quanto mais se estuda a fecunda vida pública e os escritos de Diogo Antonio Feijó mais convencem eles ter sido o granítico estadista um precursor de agudas transformações político-sociais, pelas quais teríamos que passar no século XIX.

Nele se pode vislumbrar um ideólogo liberal (Silvio Romero — *História da Literatura Brasileira*, 7ª ed., 5º vol., p. 1.595 — menciona seu “liberalismo impeniente”), com densa formação filosófica, tendo sido mesmo o verdadeiro introdutor do kantismo, entre nós, como demonstrou Miguel Reale, em vários e oportunos estudos, principalmente em *A Doutrina de Kant no Brasil*, apesar das aulas ministradas anteriormente por Martim Francisco, na primeira década da centúria oitocentista. Como observou Reale, a adesão às idéias do pensador alemão, pela relevância dada por este aos valores humanos, dentro de uma interpretação própria do Direito e do Estado, revelava “aspirações no sentido de uma nova ordem jurídica e política”. Esse valor da doutrina do mestre de Koenigsberg foi, aliás, bem estudado por Norberto Bobbio (*Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant*).

Legítimo homem do povo, luminoso filho natural de uma ilustre senhora da família Camargo e do sirgheiro Félix Antonio Feijó, nascido em São Paulo e “abandonado” na porta do clérigo Fernando Lopes de Camargo, não havia, em Feijó, laivos de aristocratismo, e o seu olhar de lidador, que “guardava a intensidade dos relâmpagos”, segundo Osvaldo Orico (*Feijó*, 2ª ed., p. 212), não ocultava o didatismo do padre-mestre, que, em seus *Cadernos de Filosofia*, ed. de 1967, p. 135, resgatados por Eugenio Egas, que destroem o mito de sua apoucada cultura, tratava dos deveres do soberano e conceituava o Direito Político como aquele que cuida “dos direitos da sociedade reunida ou dos meios de construir a sociedade e de aperfeiçoá-la” (no século anterior, na Espanha, um possível parente, o padre Benedito Feijóo — 1676-1764 —,

erudito professor, teólogo e integrante do Conselho do Reino, produziu marcante obra que se destacava, igualmente, pela inusual lucidez).

Luís Washington Vita notou, sagazmente, que sua ideologia “só pode ser compreendida em função de sua atitude filosófica”.

A revolta dos regimento do Porto, em 1820, provocara a convocação das Cortes Constituintes, com representantes brasileiros que, afinal, devido à hostilidade que enfrentaram, tiveram que refugiar-se em navio inglês, partindo para Falmouth.

Nesse Congresso, Feijó deixou claro que não havia mandatários do Brasil, mas sim das províncias que os elegeram, revelando consciência de nossa realidade e influência do modelo norte-americano, cuja experiência já havia atraído a atenção da Inconfidência e viria a ter iniludível presença na elaboração do Ato Adicional de 1834, que teve a autoria de Bernardo Pereira de Vasconcelos (que viria a chamar de “código da anarquia”), Limpo de Abreu e Paula Araújo.

A lei de 14 de junho de 1831 (a propósito, *O Estatuto da Regência e a Loman*, de J. A. Medeiros Vieira) dispôs sobre a eleição, pela Assembléia Geral, da regência Trina, da qual o Presidente seria o mais velho (art. 123 da Constituição) e contrariando a prática parlamentar, não lhe deu competência para dissolver a Câmara dos Deputados (art. 19), dela fazendo um governo colegiado com prerrogativas bastante limitadas, em face da Assembléia Geral, tanto nas atribuições que, pela Constituição do Império, competiam ao Poder Moderador, cuja atuação no período não teve maior relevo, como nas relativas à Chefia do Poder Executivo. À Regência Trina Provisória, assim chamada porque foi indicada quando a Assembléia estava em recesso, não podendo, pois, aprovar a efetiva, e integrada por Nicolau Vergueiro, Carneiro de Campos e o Brigadeiro Lima e Silva (esse colegiado, contudo, pelo disposto no art. 124 da Constituição, poderia ter até 5 membros), sucedeu a Regência Trina Permanente, constituída por Bráulio Muniz (do Norte), Costa Carvalho (do Sul), deixando claro um critério geográfico na escolha de seus membros, tendo sido conservado o Brigadeiro Lima e Silva, braço armado do regime, “para fazer frente ao exército indisciplinado”.

A Regência só poderia sustentar-se com um Ministro da Justiça da envergadura de Feijó, capaz de preservar a unidade da nação (objetivo que o levaria a criar, em 1831, a Guarda Nacional, com origem popular de cunho acentuadamente democrático, característica que, posteriormente, não conservou), que só aceitou o cargo mediante certas condições, que prenunciam a regência monocrática, de feito presidencialista, que viria a exercer, e, na qual Jorge Reinaldo Vanossi (*Presidencialismo y Parlamentarismo en el Brasil*, p.

24) vê “la primeira manifestación republicana de gobierno com alcance nacional” (lembra-se, por outro lado, que tivemos o primeiro colégio legislativo da América do Sul, implantado por Maurício de Nassau). Era esse, aliás, o entendimento de João Ribeiro (*História do Brasil*, 14ª ed., p. 386).

Therezinha de Castro (*História da Civilização Brasileira* — p. 124) opina, também, que “o Regente Uno, eleito pelo Corpo Eleitoral *era um verdadeiro Presidente da República em seus poderes*”.

Diga-se de passagem que, desde a abdicação, os *exaltados* eram federalistas e, em grande parte, republicanos, tendo adotado, *grosso modo*, esses dois pontos de vista, as revoluções do período regencial.

Projeto de lei (1835), de Ferreira França, recusado por apenas sete votos, instituiu a República, determinando eleições bienais a serem realizadas no dia 7 de setembro (nesse mesmo ano, saliente-se, a Lei Feijó, de 31 de outubro, cuidou da introdução de ferrovias).

A lei de 12 de outubro de 1832, ordenando que os eleitores dos deputados para a seguinte legislatura lhe conferissem, nas procurações, faculdade para reformarem alguns artigos da Constituição, preparou o caminho para o Ato Adicional de 1834, produto teórico do equilíbrio de forças entre a Câmara progressista e o Senador reacionário, e que, entre outras coisas, suprimiu o Conselho de Estado e criou Assembléias Provinciais (no lugar dos Conselhos Gerais de Província, que não tinham funções normativas propriamente ditas), na esteira da “Constituição de Pouso Alegre”, redigida nessa cidade, pelo padre José Bento que, ainda, à americana, concebia um senado eletivo e temporário.

O Ato Adicional, de inequívoca inconstitucionalidade, pela não participação do Senado em sua feitura, apesar do caráter semi-rígido da Constituição do Império (art. 178), que, nesse aspecto, influiu no Estatuto Albertino, posteriormente estendido a toda a Itália (a Carta outorgada francesa de 1814 possuía, como a nossa imperial, duas espécies de artigos: “os *fundamentais* e os *reguladores*, sendo que os primeiros eram “imutáveis”), ensejou, outrossim, o *Município Neutro* e a Regência Una eleita, tendo Vítor Russomano (*História Constitucional do Rio Grande do Sul*, 2ª ed., p. 44) reparado que ele não traçou “com nitidez a linha divisória entre a competência geral e as atribuições locais”.

A Emenda Constitucional (art. 26), que seria revista pela Lei nº 105, de 12 de maio de 1840 (preparada por Bernardo Pereira de Vasconcelos) e que interpretou alguns de seus dispositivos, fixou o mandato do Regente em quatro anos, tal e qual o do Presidente dos Estados Unidos, e estabeleceu sua eleição pelos eleitores da respectiva legislatura reunidos nos seus colégios. Ao Presi-

dente do Senado, após receber as atas de todos os colégios, cabia abri-las em assembléia geral, fazendo contar os votos, tornando-se Regente o cidadão que obtivesse a maioria deles. Se ocorresse empate, a sorte decidiria, devendo-se considerar que o Regente era substituído, nas hipóteses legais, pelo Ministro de Estado do Império e, na falta ou impedimento deste, pelo da Justiça.

Realizada a eleição, em 7 de abril de 1835, Feijó foi eleito com 2.828 votos, contra 2.251 dados a Holanda Cavalcanti, tomando posse em 12 de outubro do mesmo ano. Após nomear os auxiliares recolheu-se à sua modesta residência na Travessa Santa Tereza. Sua simplicidade, em momento tão grave, encontraria eco em Prudente de Moraes, em situação equivalente (Novelli Júnior fez uma interessante aproximação, aliás, entre o regente e Lincoln). Muitos historiadores chegaram a detectar um sentimento republicano em D. Pedro II, mas com muito maior razão, poderiam captá-lo no austero Feijó, cujos traços psicológicos o aproximam de alguns daqueles frugais e espartanos constituintes de Filadélfia.

Já fora acometido ele de um ataque de paralisia, hipertenso que era, possivelmente conseqüência da *tabes*, como em Baudelaire, em Maupassant, e em Nietzsche, e o desaparecimento de Evaristo da Veiga, um de seus sustentáculos, foi-lhe profundo golpe, mormente quando sofria forte oposição parlamentar, estimulada, de certo modo, pelo culto, mas rancoroso arcebispo D. Romualdo Seixas, Marquês de Santa Cruz, um talento mais do que um caráter (nas palavras de Feijó, com pertinência a Bernardo Pereira de Vasconcelos), hábil em maquinações políticas, feito antístite pela Marquesa de Santos e que não perdoava ao Regente a sua irreverência quanto a isso e suas teses sobre a constituição civil do clero brasileiro, o celibato clerical (vejam suas razões, em *O Realismo Brasileiro*, de Brasil Gerson, págs. 59-68) e a separação da Igreja do Brasil da de Roma, a um passo da separação da Igreja e do Estado.

Não obstante, a velha energia não o abandonara. Quebraria, mas não vergaria. Até certo ponto, encarnou a “Ditadura Republicana”, almejada por Comte.

“De queda em queda, sob os golpes exatamente de Bernardo de Vasconcelos, chegou até ao ponto de renunciar a seu ato posto”, escreve Sílvio Romero, que não o apreciava muito.

Mas a sua renúncia, em 1837, teve um fundamento ideológico, uma vez que ele não se prestava ao papel de “rei constitucional”, que, figura decorativa, reinava, mas não governava, sem poder realizar seus grandes projetos impregnados da filosofia liberal, tendo sido, notoriamente, um abolicionista.

Fez, entretanto, seu sucessor, como apregoaria o positivismo, nomeando Araújo Lima, Ministro do Império, retirando-se, depois, à província natal, pobre, sem perder, contudo, sua fibra inamolgável e seu titânico espírito de luta.

De muletas, congruente com o próprio ideário de sua vida intensa, foi levar ao Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar seu apoio à Revolução Paulista de 1842, um ano antes de falecer, que se levantava contra a lei interpretativa do Ato Adicional, a reforma do Código de Processo Criminal, promulgado pela Regência, e o restabelecimento do Conselho de Estado, pela Lei nº 234, de 23 de novembro de 1841.

Foi o grande paulista, por isso considerado rebelde e anárquico, ele que lutara, como nenhum outro, contra a verdadeira rebelião e anarquia, merecendo o seu monumento fúnebre na Catedral de São Paulo, próximo ao de Tibiriçá, o culto cívico de todos os brasileiros. Dedicou-lhe estes versos Murilo Mendes: *Este homem não compreendeu/ O caráter brasileiro/ Quis deitar muita energia/ E acabou se dando mal./ Antes deixar como está/ para ver como é que fica*. Oliveira Viana salientou que ele “fundou aqui o Poder Civil, quem estabeleceu em nossa pátria a autoridade e a lei”, o que resultou na unidade nacional.

Luís Washington Vita faz sentir que bem diversa teria sido a sua atuação, na vida política nacional, “se não tivesse madrugado no estudo e na meditação dos grandes pensadores de seu tempo que, inclusive, lhe inculcaram a convicção liberal e mesmo republicana à qual ofereceu tudo, como comprova sua atuação na Revolução de 1842”. Sem dúvida, como assinala Austrícliano de Carvalho (*Brasil Colônia e Brasil Império*, tomo II, p. 283), Feijó quis “abrir a vereda para a República”, lembrando-se das palavras de Vicente Licínio Cardoso: “o federalismo é uma experiência republicana sobremodo enérgica”. Concluiu Alfredo Ellis Junior: “Os ossos de Feijó descansam na cripta da nossa magna catedral, templo ungido não só pelos sentimentos na religiosidade do catolicismo, mas também do nosso amor ao passado, pois que ela é, também, o nosso Panteon, onde deverão se reunir os despojos de todos aqueles, que nos fizeram grandes, para aí receber a veneração e o culto reverencioso de todo o contemporâneo, que se emociona com as nossas páginas, que o além nos ministra”.

Doado o Rio Grande do Norte ao grande historiador João de Barros (1497-1570), feitor da Casa da Índia, que teve acesso a importantes documentos, possibilitando-lhe a elaboração das “Décadas” inspiradas em Tito Lívio e que influíram em Camões, tendo sido continuadas por Diogo do Couto, (1542-1616) não se interessou o clássico escritor pela capitania, na qual havia

sido chantado o 1º marco de posse em território brasileiro (7-8-1501), na praia de Touros, atualmente depositado no Forte dos 3 Reis Magos, com réplica no glorioso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a mais antiga instituição cultural do Estado, fundado em 1902, e presidido pelo dinâmico Enélio Petrovich, havendo vários de seus membros, entre os quais o admirável Luis da Câmara Cascudo e o operoso Nestor Lima, participado da instituição da ilustre Academia Norte-Riograndense de Letras, em 1936. Para combater os franceses e seus aliados indígenas, Mascarenhas Homem, Feliciano Coelho e Jeronimo de Albuquerque, em 1597, objetivaram construir um forte (1598) e fundar uma cidade. Natal data, pois, de 1599. Após a expulsão dos holandeses, no século XVII (1654), o aprisionamento de índios provocou a aguerrida Confederação dos Cariris, significativa rebelião sufocada por tropas chefiadas por bandeirantes paulistas. O erudito, mas apaixonado, José Honório Rodrigues (*Economia e Sociedade*) acusa-os de matarem índios, mas é preciso considerar que paulistas e aborígenes estavam em constantes conflitos, os últimos atacando monções e expedições, dizimando-as. O monumento de Brecheret, em São Paulo, celebra o valente grupo, comandado por Martin Rodrigues de Avelar, que partiu da aldeia do cacique Ibirapuera e foi cruelmente exterminado pelos caiapós.

Em 1701, a subordinação ao governo de Pernambuco, como ocorreu com Alagoas, cuja emancipação política ocorrida em 1817 é comemorada, atrasou o desenvolvimento da heróica terra potiguar, retomado, apenas, após a Independência.

De qualquer modo, a história do Rio Grande do Norte extrapola a sua importância geográfica estratégica, por sua participação, também, nas revoluções liberais de 1817 (que teve o padre. Miguelinho, como teórico) e 1824, abafada pelo Brigadeiro Lima e Silva, para adquirir dimensão nacional por seus reflexos no processo histórico, social, e político brasileiro, inclusive pela ação de vultos representativos seus em diversos setores da cidadania, que demonstram uma visão cultural antecipatória, que se coaduna com a personalidade inamalgável de Feijó, um paulista que respirava o Brasil e antevia uma grande pátria, fundada em sólidos princípios.